



Justiça
+ próxima
de si

+ próxima
de todos



Índice

Sumário Executivo.....	1
O Plano Justiça + Próxima	4
Enquadramento.....	4
Visão, estratégia e objetivos do Plano Justiça + Próxima	4
A edição 20 23.....	7
Lista de Medidas por área da Justiça	12
Sistema Prisional e de Reinserção Social.....	12
Sistema judicial	15
Serviços da Justiça.....	27
Registos e Propriedade Industrial	36
Proteção de Pessoas Vulneráveis.....	43
Investigação criminal e meios forenses	45
Acesso ao Direito e Meios RAL.....	48

Controlo Versões

VERSÃO	RESPONSÁVEL	DATA	REVISTO POR	DATA REVISÃO	APROVADO POR	DATA APROV.
0.2	Gabinete SEJ	28/02/2020	Gabinete SEJ	28/02/2020		/02/2020

Sumário Executivo

Na XXII legislatura, o novo Plano de modernização “Justiça + Próxima”, dá continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2016 na transformação da Justiça..

O Plano “Justiça + Próxima” inicial foi desenvolvido tendo em vista o planeamento, execução e monitorização das medidas que materializam a resposta às necessidades identificadas nos diversos setores da Justiça.

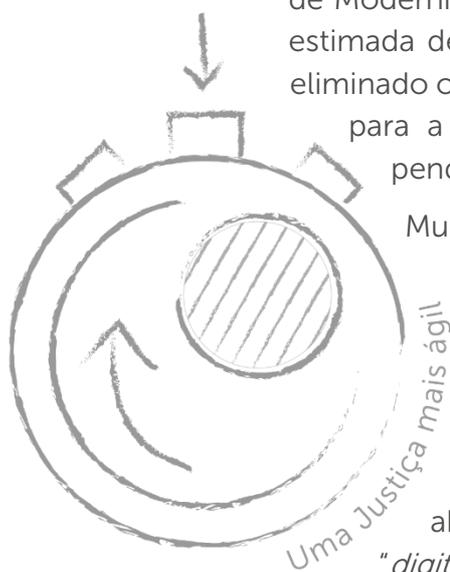
Lançado a 3 de março de 2016 e culminando formalmente a sua ação no último dia do precedente governo, a 25 de outubro de 2019, vem agora, 4 anos depois, anunciar a sua ambição para os 4 anos da legislatura seguinte.

Uma das particularidades mais interessantes deste Plano é o facto de ter assumido, desde o início, a natureza dinâmica e experimental. Quer isto dizer que, reconhecendo a complexidade das diferentes matérias, também reconhece a limitação de, no momento “zero”, serem identificadas todas as iniciativas e soluções a implementar ao longo de uma única legislatura. Desta feita, a avaliação contínua do Plano permitiu ajustes e incrementos às medidas inicialmente identificadas, variando das pouco mais de 120 anunciadas em 2016, às 197 registadas em 2019.

Naquele período concretizou 122 medidas, 67 referentes ao pilar “Eficiência”, desenvolvidas por 12 diferentes entidades do universo da Justiça; investiu 25 Milhões de euros com contributo dos Fundos Estruturais e do Fundo de Modernização da Justiça; promovendo uma poupança estimada de 4,9 Milhões por ano, em tempo de trabalho eliminado ou em impacto direto na despesa e contribuindo para a diminuição da generalização do volume de pendências no sistema judicial.

Muitas outras particularidades mantêm-se na nova edição do Plano, para os anos de 2020-2023.

O foco nas necessidades do “Cidadão”, a metodologia de abordagem aos problemas complexos, o modelo de monitorização mensal e a respetiva publicação de resultados, incluindo em formato de dados abertos, a abertura a novas propostas, a assunção do “*digital by default*” e a prática de solicitar ao Cidadão apenas o que é essencial, “*only once*”, a interoperabilidade



com outros setores e o reaproveitamento de soluções, são alguns dos princípios mantidos. As diferenças resultam da herança acumulada, da importância de cimentar a cultura de mudança em curso e da ambição entusiástica que esta fomentou.

Num processo de continuidade, o Plano 20|23 acolhe as medidas em curso da anterior edição às quais se juntam algumas que não haviam sido iniciadas e 90 originais. É o resultado do contributo de 15 entidades da área da Justiça, incluindo a auscultação ao Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e participação da Procuradoria-Geral da República.

A nova edição do Plano Justiça + Próxima elenca 140 medidas (entre 279 propostas), estruturadas pelos mesmos Pilares estratégicos. O pilar “Eficiência”, em linha com o Programa de Governo, mas também com as avaliações internas e internacionais, assegura 54% da totalidade das medidas, seguido pelos restantes, já identificados na primeira edição, designados “Inovação”, “Proximidade” e “Humanização”.

As grandes medidas que marcaram a primeira edição original são mantidas e consolidadas. A expansão do “Tribunal+” ou o cadastro simplificado ao território nacional, na sequência do piloto designado “BUPi”, o reforço da modernização de equipamentos obsoletos, a melhoria do atendimento público, seja para o cidadão, seja para o trabalhador do estado, a contínua unificação e otimização de serviços online disponibilizados na Plataforma Digital da Justiça, são alguns exemplos.

Em matéria de segmentos visados pelas medidas da nova edição, de notar as iniciativas dedicadas à proteção de pessoas vulneráveis. O combate à violência de género, a melhor gestão de conhecimento e intervenção sobre a “vítima”, em sentido amplo, são materializados em novas medidas de modernização.

De assinalar igualmente, o foco no pilar “Inovação”. A abordagem disruptiva e o estímulo ao pensamento paralelo ocorridos no passado recente, como caminho para a simplificação e otimização dos procedimentos tradicionais, fez o seu percurso determinado, provocando mudanças tangíveis e percecionadas pelos diferentes quadrantes da



Justiça. O recurso à Inteligência artificial para determinação da georreferenciação de terrenos e proprietários prováveis, no projeto BUPi, a participação efetiva dos próprios trabalhadores na reconfiguração dos espaços de trabalho, no caso do Tribunal +, o teste de um sistema totalmente automatizado, para expedição de notificações materiais, ou a experiência do uso de transcrição automática de audiências, são alguns exemplos, pouco comuns, que a Justiça presenciou.

Não é assim surpreendente que este caminho seja intensificado e vertido na nova edição do Plano, como proposta dos próprios organismos e serviços da Justiça, concretamente na exploração de novos modelos de funcionamento (criação de laboratórios de investigação), na avaliação da capacidade preditiva de algoritmos avançados para a melhoria da gestão de recursos, na experimentação do uso da IA nas atividades da Justiça, entre outras medidas acolhidas.

Evidente ainda, é o mote e a diretiva que o novo Plano vem dar à consolidação de boas práticas no âmbito da sustentabilidade e eficiência energética na Justiça.

O Fundo da Modernização da Justiça mantém-se como instrumento financeiro do Plano, minimizando o impacto na despesa do Orçamento de Estado, disponibilizando o equivalente à sua receita anual, cerca de 5 milhões de euros/ano, podendo exponenciar o seu efeito, sempre que utilizado para suportar a componente nacional de candidaturas financiadas por fundos comunitários.



O Plano Justiça + Próxima

Enquadramento

O Plano Justiça + Próxima consubstancia uma visão de modernidade associada à necessidade de ir ao encontro das necessidades de todos os que interagem com a Justiça, simplificando, aperfeiçoando, reforçando e consolidando processos e tecnologias de informação.

Paralelamente, o Plano, utiliza a inovação como um motor para potenciar a transformação, uma cultura colaborativa e, não menos importante, envolver a sociedade no desenvolvimento de soluções que permitam endereçar os desafios que se colocam à Justiça.

Visão, estratégia e objetivos do Plano Justiça + Próxima

É neste contexto que o Plano Justiça + Próxima, agora na segunda edição, surge como instrumento de base à concretização da Visão de uma Justiça ágil, transparente, humana e mais próxima do Cidadão, assente na confiança nos sistemas judicial e registral e garantindo a proteção dos direitos individuais.

Uma Justiça ágil, no sentido de promover a simplificação dos processos e procedimentos em vigor no sistema e a adoção de ferramentas e sistemas, que concorram para uma maior eficiência. Uma Justiça Transparente, na medida em que se compromete em prestar continuada e incrementalmente informações e dados, de relevância quer para os diferentes agentes do setor quer para o Cidadão. Uma Justiça Humana, no sentido de responder às reais necessidades dos diferentes públicos-alvo. Uma Justiça Mais próxima do Cidadão, no sentido de colocar a relação com o Cidadão no centro da sua atividade, simplificando e clarificando a linguagem e as informações prestadas, disponibilizando novos e variados serviços e garantindo uma presença multicanal.

Para a concretização da Visão, é determinante uma estratégia focada nas reais necessidades dos diferentes públicos-alvo, endereçando, por um lado, as suas

Uma Justiça ágil, transparente, humana e mais próxima dos cidadãos é a visão sobre a qual assenta o Plano de ação

carências e, por outro, estimulando as suas ambições, potenciando, simultaneamente, a eficiência de forma inovadora, inclusiva e estabelecendo uma cultura colaborativa.

Deste modo, pretende-se, de forma clara, promover a Transformação na Justiça, atuando em quatro pilares base, definidos pelo executivo do XXI Governo da República e perpetuado na legislatura seguinte:



Eficiência – O exercício da Justiça envolve uma vasta rede de agentes, processos e recursos, atualmente dispersa, incluindo de organização, gestão, tecnológica e humana, lançando desafios, os quais se pretendem ultrapassar com as medidas deste pilar.

O objetivo principal é otimizar a gestão da Justiça, promovendo a simplificação e a desmaterialização de processos, incluindo tecnologias abertas e interoperáveis entre si, recorrendo a modelos e metodologias reconhecidos aplicados à *governance* das Tecnologias da Informação e Comunicação, potenciando poupanças e ganhos de eficiência.



Fazer mais e melhor não é um processo forçosamente incremental. Requer a devida ponderação, afastada e informada, para avaliar, alterar ou eliminar metodologias desatualizadas e procedimentos/atos desnecessários, garantindo sempre a separação de poderes e o foco no Cidadão.

Inovação - A Modernização da Justiça é assegurada através do desenvolvimento de novas abordagens de suporte à atividade e potenciando novas soluções tecnológicas, de valor acrescentado para a Justiça, aberta, entre outros, aos agentes judiciais, universidades, investigadores, empresas, comunidade tecnológica e comunidade de empreendedores.



As medidas estão alinhadas com os mais recentes desenvolvimentos da sociedade civil que tem vindo a ser transformada pela digitalização de serviços e acesso aos mesmos. As Ideias, a Invenção, a Inovação e a Criatividade são o ADN deste pilar e, juntos, potenciam a transformação da Justiça.

Humanização - Humanizar a Justiça significa dignificar o sistema de Justiça, incluindo o seu espaço, os seus agentes e os seus intervenientes.

Significa valorizar os recursos da Justiça, melhorar o acolhimento nos espaços públicos e condicionados dos tribunais, dos serviços registais e prisionais. Inclui a qualificação e formação dos agentes que lidam com cidadãos privados de liberdade, ou de outro modo condicionados pelo sistema da Justiça (e seus familiares).

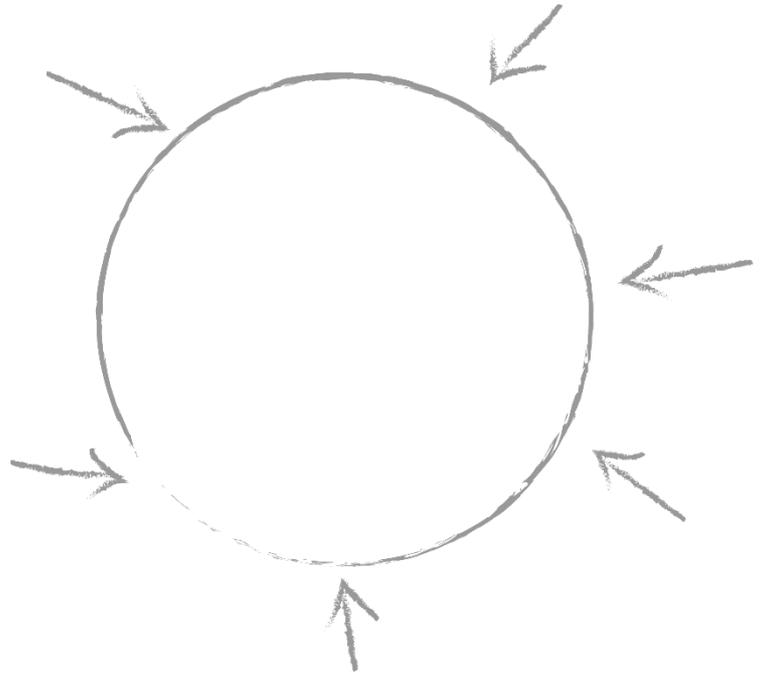
É ainda foco, neste pilar, promover respostas não detentivas e de carácter ressocializante, a valorização da reinserção social nos serviços prisionais, pela capacitação e empregabilidade e a prevenção da reincidência criminal, em prol da dignidade humana.

Proximidade - Criar serviços mais próximos dos cidadãos e empresas significa serviços mais simples, que eliminam formalidades e procedimentos, disponibilizados em balcões únicos e em novos canais, em proximidade. Mas significa também tornar mais clara, transparente e responsável a informação e ouvir os cidadãos, respondendo às suas necessidades.

Aproximar a Justiça do Cidadão e o Cidadão da Justiça passa por comunicar melhor e fazer bom uso dos instrumentos de Justiça e, simultaneamente, por aumentar a eficiência e eficácia do sistema judicial.



Por um lado, uma Justiça mais próxima responde melhor às necessidades e é transparente. Por outro, uma Justiça que se torna mais compreendida, é uma Justiça mais democratizada, fomenta o exercício da cidadania, diminui a conflitualidade e contribui para a dinamização da economia, nomeadamente no domínio registral, protegendo quem publicita os seus direitos e toma decisões negociais confiando na situação jurídica tornando assim as relações comerciais mais seguras.



A edição 20|23

A modernização da Justiça, constitui um dos designios do XXII Governo Constitucional através da continuidade do Plano de Ação Justiça + Próxima.

A primeira edição do Plano veio, indubitavelmente, promover o esforço coletivo de mudança, estimular o compromisso e a cooperação entre os operadores judiciais e incentivar o desenvolvimento de medidas que visam fazer o melhor uso possível dos recursos financeiros, do tempo, dos materiais e dos recursos humanos do Sistema da Justiça.

Os resultados atingidos, seja no contributo para o reforço da tendência descendente do volume de processos pendentes no sistema judicial, ou na simplificação e poupança acrescida, estimada em 4,9 Milhões de

euros/ano só nos projetos concluídos, e não considerando ainda o benefício económico do efeito da otimização da gestão das secretarias dos tribunais em curso, elevam o patamar de compromisso e a convicção da necessidade de assegurar o continuado investimento no modelo colaborativo existente.

Alinhado com as Grandes Opções do Plano e com o Programa do XXII Governo Constitucional, a edição 20|23 tem como horizonte central os quatro anos da legislatura em curso, ainda que o seu âmbito, não se esgote nem no tempo nem nas medidas previstas inicialmente.

Trata-se, por isso, de um Plano de Ação dinâmico, flexível e interativo, que está à disposição dos interessados para receber, adequar e acolher novas medidas.

As 140 medidas do PJ+P, edição 2020-2023, integram as medidas em curso da anterior edição às quais se juntam algumas das não iniciadas, mas ainda assim valorizadas para o efeito, acrescidas de 90 medidas originais.

A sua estruturação pelos pilares estratégicos é a seguinte:

- Eficiência - Gerir melhor a Justiça - # 76 medidas
- Inovação - Modernizar a Justiça - # 34 medidas
- Proximidade - Aproximar a Justiça dos Cidadãos - # 22 medidas
- Humanização - Valorizar os recursos (materiais e imateriais) da Justiça - # 8 medidas

As áreas envolvidas recebem as medidas da seguinte forma:

- Sistema Judicial - # 47 medidas
- Serviços da Justiça - # 31 medidas
- Registos e Propriedade Industrial - # 24 medidas
- Investigação Criminal e Meios Forenses - # 16 medidas
- Sistema Prisional e de Reinserção Social - # 11 medidas
- Proteção de Pessoas Vulneráveis - # 6 medidas
- Acesso ao Direito e Meios RAL - # 5 medidas



Adicionalmente, destacam-se como prioridades do Plano Justiça + Próxima os princípios de interoperabilidade, reutilização de informação, partilha de recursos e introdução de novas ferramentas, fomentando uma mais profícua cultura de colaboração entre e intrainstituições.

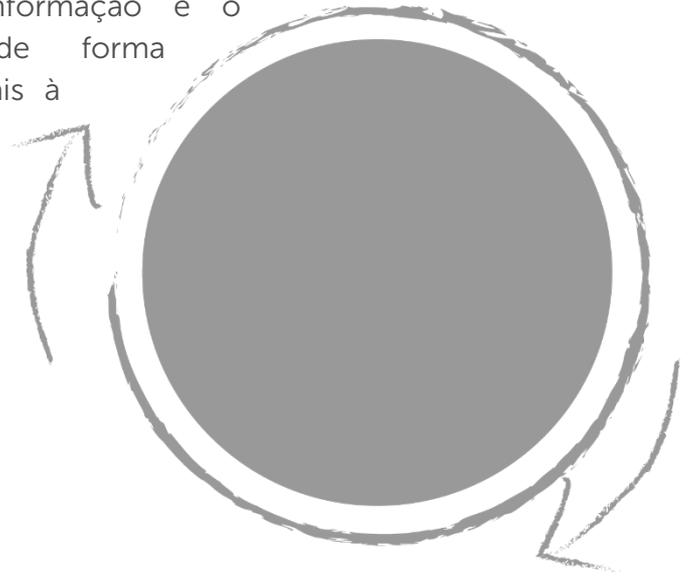
As medidas que compõem o Plano, no momento do seu lançamento, endereçam necessidades e ambições várias das diferentes áreas da Justiça, dirigindo-se ao Sistema Judicial, Sistema Prisional e de Reinserção Social, Serviços da Justiça, Registo e Propriedade Industrial, Proteção de Pessoas Vulneráveis, Investigação Criminal e Meios Forenses e Acesso ao Direito e Meios de Resolução Alternativa de Litígios.

A abordagem de implementação, para iniciativas mais complexas ou inovadoras, assenta em projetos-piloto, realizados de acordo com as boas práticas, testando conceitos, em ambientes reais, antes de promover o seu alargamento e replicação a outras realidades ou dimensões.

O Fundo para a Modernização da Justiça (FMJ), criado com o objetivo de assegurar a sustentabilidade de reformas essenciais no sistema judiciário é o instrumento privilegiado para financiar as medidas e atividades de suporte do Plano de Modernização da Justiça. Os montantes disponíveis rondam os 5 milhões de euros por ano, equivalente à receita cobrada no ano do exercício. O efeito prático do FMJ pode ainda ser exponenciado se constituir financiamento da componente nacional de candidaturas a fundos comunitários. Desta forma minimiza-se o impacto do esforço de investimento sobre o Orçamento de Estado.

A cadência de execução do Plano depende naturalmente da capacidade instalada dos serviços e estruturas da Justiça, em boa parte dependente da capacidade de articulação entre todos. Definidas as orientações estratégicas, segue-se o planeamento detalhado e a estimativa de investimento pelos organismos e serviços competentes.

O processo de monitorização da execução do Plano, acometido à Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), garantirá a qualidade de informação e o conhecimento partilhado de forma sistemática, requisitos essenciais à boa gestão do próprio Plano.





Um novo
plano de
modernização
da Justiça

Medidas

Lista de Medidas por área da Justiça

Sistema Prisional e de Reinserção Social

DGRSP

Projeto "Inventário On Line"

Permitir em tempo real manter permanentemente atualizado o inventário dos bens móveis dos serviços centrais e dos serviços desconcentrados da DGRSP, incluindo frota automóvel.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 452

DGRSP

Projeto "Saúde + Próxima"

Reforço da adoção da telemedicina entre os estabelecimentos prisionais e as unidades de saúde da comunidade.

Pilar: Humanização

Destinatários: Reclusos

Código: 451

DGRSP

Projeto "SGD Gl@bal"

Consolidação do atual sistema de gestão documental nos Serviços Centrais e alargamento aos serviços desconcentrados da DGRSP.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 450

DGRSP

Projeto "e-Utente"

Modernização administrativa através da desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores e dos utentes da DGRSP visando a obtenção de maior segurança, fiabilidade dos dados, ganhos de eficiência e a disponibilização de indicadores de atividade.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 449

DGRSP

Projeto "Modernização do parque tecnológico da DGRSP"

Renovação e reforço do parque tecnológico da DGRSP em matéria de equipamentos informáticos, comunicação e de segurança.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 448

DGRSP

Projeto "SIGAE-EP" - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Económicas dos EP

Conceção e implementação de um sistema integrado de gestão das atividades económicas dos estabelecimentos prisionais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 447

DGRSP

Projeto "MITI - Modelo de Intervenção Técnica Integrada"

Evolução da interface tecnológica que suporta o "MITI" por forma a garantir a aplicação do Modelo de Reabilitação e de Reinserção da população reclusa.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Reclusos

Código: 446

DGRSP

Projeto "Cidad@o Recluso+"

Desenvolver um acesso digital para a população reclusa, com disponibilização de forma segura de um conjunto definido de sítios web com informação e serviços fundamentais, que facilitam o processo de reinserção na sociedade.

Pilar: Humanização

Destinatários: Reclusos

Código: 444

DGRSP

Formação e-learning para reclusos

Desenvolvimento e utilização de conteúdos educativos para a formação de reclusos, via e-learning, com vista a promover a empregabilidade dos mesmos, explorando ainda sinergias com instituições de ensino.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Serviços da Justiça, Reclusos

Código: 115

DGRSP

Consultas médicas por videoconferência nos estabelecimentos prisionais

Utilização do sistema de videoconferência para a realização de consultas médicas nos estabelecimentos prisionais, permitindo uma resposta mais célere a questões de acompanhamento e assistência médica, racionalizando deslocações.

Pilar: Humanização

Destinatários: Serviços da Justiça, Reclusos

Código: 113

DGRSP

Possibilidade dos reclusos prestarem testemunho em julgamento a partir de estabelecimentos prisionais

Permitir a prática de atos processuais com recurso a meios vídeo e áudio, evitando deste modo as deslocações físicas dos reclusos e custos adicionais com o transporte e segurança.

Pilar: Humanização

Destinatários: Serviços da Justiça, Reclusos, Tribunais

Código: 111

Sistema judicial

CAAJ

Aumento das ferramentas de suporte à fiscalização das vendas eletrónicas nos processos de insolvência

Reforço de ferramentas para supervisionar, de forma contínua, as plataformas eletrónicas de suporte às vendas realizadas no âmbito de processos judiciais tramitados por auxiliares da justiça.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 443

CAAJ

Criação de plataforma informática de suporte às liquidações dos processos executivos

Desenvolvimento de plataforma informática de suporte ao apuramento dos fluxos financeiros e processuais no âmbito da ação executiva, com vista à sua transferência para o agente de execução substituto.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Agentes de Execução

Código: 442

CAAJ

Reforço da cooperação com entidades judiciárias no âmbito de processos crimes relacionados com auxiliares da justiça

Desenvolvimento de plataforma informática de suporte à cooperação entre a CAAJ e entidades judiciárias.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 441

CAAJ

Aumento das ferramentas de suporte à fiscalização dos administradores judiciais

Registo e tratamento de mais informação estruturada por parte dos Administradores Judiciais no âmbito da sua intervenção em processos judiciais e sua utilização no desenvolvimento de instrumentos de suporte à atividade da fiscalização da CAAJ.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 277

CAAJ

SI para Administradores de Insolvência

Disponibilização de sistema de informação de suporte à atividade dos administradores judiciais no âmbito de atuação nos processos de insolvência.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Administradores judiciais, cidadãos, empresas, sistema judicial

Código: 235

CEJ

Modernização de conteúdos formativos on-line

Modernização de conteúdos formativos online considerando o potencial das novas tecnologias na área educativa.

Pilar: Inovação

Destinatários: Administradores Judiciais, Mandatários, Serviços da Justiça

Código: 230

CEJ

Atualização do sistema de informação de suporte à atividade do CEJ

Avaliar e atualizar os recursos tecnológicos ao dispor do Centro de Estudos Judiciários, de forma a promover o potencial das novas tecnologias em prol da atividade formativa do Centro e da promoção de uma cultura de inovação e adaptação aos desafios evolutivos da sociedade.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 229

DGAJ

Guias multimédia de suporte à interação eletrónica do Cidadão com o Tribunal na justica.gov.pt

Disponibilização de vídeos de apoio ao cidadão/advogado na prática de várias atividades de interação eletrónica com o tribunal: consulta de processos, preenchimento e submissão de requerimentos, entre outras.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 440

DGAJ

Indicadores de Gestão de RH, Dashboards

Implementar um sistema de BI para gestão de Recursos Humanos dos Tribunais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 437

Desmaterialização do pagamento de Ajudas de custo e transporte

Construção de um módulo informático no sistema de recursos humanos para desmaterialização total do processo de pagamento de ajudas de custo e subsídio de transporte, com plafonamento por comarca e cálculo automático de quilómetros.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 436

Inventariação dos bens móveis dos Tribunais e sua valorização

Para além da inventariação física dos bens existentes (incluindo obras de arte) em todos os tribunais de 1ª instância e TAF's de todo o território nacional e ainda dos serviços centrais da DGAJ e a sua valorização, pretende-se adotar igualmente uma solução informática para a gestão e controlo da localização física dos bens.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 435

Plano de disponibilização da transcrição automática nos Tribunais

Especificação de plano para disponibilização da capacidade de transcrição automática nos Tribunais.

Pilar: Inovação

Destinatários: Tribunais

Código: 427

Tribunal+ 360º

Desenvolvimento de prova de conceito de "Tribunal do Futuro" sob o paradigma «Digital Only» que inclua ainda uma organização de espaço que facilite as interações. O Tribunal + 360 vai testar a tramitação exclusivamente eletrónica e a utilização de novas ferramentas digitais que permitam continuar o trabalho de maior eficiência e de melhor serviço.

Pilar: Inovação

Destinatários: Tribunais

Código: 401

Sistema de informação de gestão dos tribunais judiciais de 1.ª instância

Implementação e disponibilização de sistema de informação para apoio ao planeamento, gestão e tomada de decisão, pelos órgãos de gestão das comarcas, em matéria de meios humanos, materiais e financeiros.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Órgãos de Gestão da Comarca

Código: 4

DGAJ

Recolha e comunicação eletrónica de impressões lofoscópicas nos tribunais

Instalação de equipamentos em tribunais para recolha das impressões lofoscópicas e a respetiva comunicação por canal eletrónico ao registo criminal.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 276

DGAJ

Automatização da obtenção dos certificados do registo criminal pelos tribunais

Interoperabilidade entre os sistemas de informação de suporte à tramitação nos tribunais (Citius) e do Registo Criminal (SICRIM) por forma a registar os pedidos e enviar os certificados do registo criminal para os tribunais no âmbito de processos judiciais, sem recurso à intervenção de oficiais de justiça (e a utilização de interfaces\ passos intermédios).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 274

DGAJ

Aumento dos meios de pagamento no Registo Criminal Online

Acrescentar a possibilidade de pagamento com cartão de crédito dos pedidos de certificados do registo criminal realizados através do canal online.

Pilar: Humanização

Destinatários: Cidadãos, Empresas

Código: 273

DGAJ

Alargamento da interoperabilidade do Registo Criminal com o ECRIS

Alargamento da participação do Registo Criminal português no European Criminal Records Information System (ECRIS) por forma a abranger e colaborar com grande parte dos congéneres na rede europeia de registos criminais.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos, Empresas, Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 272

DGAJ

Modernização do SI de suporte ao Registo Criminal

Modernização tecnológica e funcional do SICRIM por forma a facilitar as adaptações que refletem um paradigma de interoperabilidade de informação.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos, Empresas, Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 271

DGPJ

Melhor comunicação da Justiça com o Cidadão

Continuação do projeto de simplificação dos textos das citações e notificações dirigidas aos cidadãos (garantindo o rigor jurídico e a validade processual dos atos), alargando a outras situações ainda não abrangidas, e internalizando na DGPJ competências a este nível que tornem sistemática e generalizada esta atividade.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 489

DGPJ

Coordenação da linha "Novas Tecnologias" da COMJIB

Coordenação da linha de trabalho referente às "Novas Tecnologias" da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 431

DGPJ

Sistema de indicadores de gestão para os tribunais administrativos e fiscais

Implementação de um sistema de indicadores de gestão processual dos tribunais administrativos e fiscais, permitindo a esses tribunais, ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e à Procuradoria-Geral da República, no âmbito das respetivas competências, monitorizar e avaliar a atividade do tribunal, com dados permanentemente atualizados, contribuindo para uma atuação mais célere.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Conselhos Superiores, Tribunais

Código: 224

DGPJ

Interoperabilidade eletrónica para acesso dos oficiais de justiça a BD públicas na ação executiva

Desenvolvimento de novas funcionalidades que permitam, aos oficiais de justiça que exerçam as funções de agente de execução, a consulta, por meios eletrónicos, de mais e melhor informação referente à identificação do executado e dos seus bens.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 196

IGFEJ

Wi-Fi gratuito nos tribunais e alargamento a outros espaços de atendimento da Justiça

Disponibilização de wi-fi gratuito nos tribunais, promovendo uma maior humanização do atendimento nos espaços da Justiça.

Numa fase posterior, o objetivo é alargar a rede a outros espaços de atendimento da Justiça.

Pilar: Humanização

Destinatários: Cidadãos, Mandatários

Código: 63

IGFEJ

Inventários: interoperabilidade entre Notários e Tribunais (1ª fase)

Integração automática no Citius da informação proveniente da plataforma de inventário da Ordem dos Notários, bem como o envio automático, para esta plataforma, da informação relativa à tramitação do processo de inventário nos tribunais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 53

IGFEJ

Piloto de Sistema de suporte à decisão em Contexto de Jurisprudência (Família e menores)

Desenvolver um Sistema Piloto de modelação e de suporte à decisão em contexto de jurisprudência em Família e menores.

Sobre dados de jurisprudência. Visualização de dados através de painel de controle e geração de relatórios.

Pilar: Inovação

Destinatários: Tribunais

Código: 456

IGFEJ

Acesso de magistrados fora da rede da Justiça a sistemas de informação de suporte à tramitação

Revisão das condições de acesso fora dos tribunais (rede da justiça) por juízes e magistrados do MP aos sistemas de

informação de suporte à tramitação: Magistratus e MP Codex, respetivamente.

Pilar: Proximidade
Destinatários: Tribunais
Código: 423

IGFEJ

Inventários: interoperabilidade entre Notários e Tribunais (2ª fase)

Aperfeiçoamento da atual solução de interoperabilidade eletrónica entre o sistema informático de tramitação do processo de inventário notarial e o sistema informático de suporte à atividade dos tribunais, melhorando o fluxo de informação dos tribunais para os notários.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Tribunais
Código: 421

IGFEJ

Subscrição de serviço de notificação de eventos dinâmicos

Disponibilização de serviços digitais da justiça da comunicação de eventos dinâmicos subscritos pelos utilizadores. Iniciar-se-á a aplicação do paradigma nos serviços de consulta de processos judiciais por cidadãos e na consulta do certificado do registo criminal (iniciativa própria).

Pilar: Proximidade
Destinatários: Cidadãos e Empresas
Código: 416

IGFEJ

Emissão de DUC automáticos para Agentes de Execução

Disponibilização de serviço eletrónico para emissão de documento único de cobrança (DUC) por Agentes de Execução para pagamento de juros compulsórios e depósito autónomos no contexto de processos judiciais executivos.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Tribunais
Código: 413

IGFEJ

Formulários estruturados de articulados em processos administrativos

Disponibilização de formulários de preenchimento opcional, por mandatários, para entrega de peças processuais no âmbito dos

processos administrativos, previstos nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais (com redução da taxa de justiça aplicável) e regulamentados pela portaria 341/2019.

Pilar: Inovação

Destinatários: Mandatários

Código: 412

IGFEJ

Formulários de procedimentos de massa

Disponibilização de formulários de preenchimento obrigatório por mandatários para entrega de peças processuais no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa, previstos no n.º 3 do artigo 99.º do Código de Processos nos Tribunais Administrativos e regulamentados pela portaria 341/2019.

Pilar: Inovação

Destinatários: Mandatários

Código: 411

IGFEJ

Desmaterialização das comunicações dos Tribunais com as Seguradoras

Através de enquadramento legal adequado serão estabelecidos circuitos desmaterializados de comunicação que permitirão a interoperabilidade entre os Tribunais e as Seguradoras no âmbito de processos judiciais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 410

IGFEJ

Desmaterialização das comunicações dos Tribunais com as entidades bancárias

Desmaterialização das comunicações respeitantes à difusão de informação com destino às Entidades Bancárias através de circuito eletrónico de interoperabilidade.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 409

IGFEJ

Desmaterialização das comunicações dos Tribunais com o Banco de Portugal

Desmaterialização das comunicações respeitantes a pedidos de informação entre os Tribunais e o Banco de Portugal através de circuito eletrónico de interoperabilidade.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 408

IGFEJ

SI único para secretarias judiciais

Novo SI para suporte à atividade dos funcionários judiciais, absorvendo Citius, SITAF, Balcão Nacional de Injunções (BNI) e Balcão Nacional de Arrendamento (BNA).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 407

IGFEJ

Comunicação da informação do óbito de intervenientes em processos judiciais para tribunais

Comunicação para os Sistemas de Informação de suporte à atividade nos Tribunais da ocorrência de óbitos de intervenientes em processos judiciais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 406

IGFEJ

Interoperabilidade com Fontes de Verdade para dados de intervenientes em processos judiciais

Disponibilização de plataforma eletrónica para fornecimento de dados de referência (ex.: moradas) relativas a intervenientes em processos judiciais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 402

IGFEJ

Integração do Citius com o e-leilões

Interoperabilidade eletrónica entre o sistema de suporte à tramitação processual (Citius) e a plataforma "e-leilões" para colocação em leilão dos bens existentes em tribunal.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 280

IGFEJ

Comunicação eletrónica de decisões judiciais para o ECLI

Reformulação do modelo funcional e solução tecnológica para comunicação das decisões judiciais para a base de conhecimento do European Case Law Identifier (ECLI).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos, Conselhos Superiores, Empresas, Mandatários, Serviços da Justiça

Código: 279

IGFEJ

Geração e registo automáticos dos DUC usados pelos Agentes de Execução

Emissão do Documento Único de Cobrança (DUC) respeitante a juros compulsórios e depósitos autónomos para utilização por agentes de execução, através da interoperabilidade entre o SISAAE e o Citius+SICJ.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 278

IGFEJ

Portal único para mandatários judiciais

Criação de um portal único para interação dos mandatários com os processos judiciais de ambas as jurisdições, substituindo o Portal Citius e Portal SITAF.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Mandatários

Código: 266

IGFEJ

Modernização da Gestão de Áudio e Vídeo nos Tribunais

Modernização dos equipamentos de recolha e reprodução de áudio e vídeo disponíveis nos Tribunais, assim como dos repositórios e sistemas de gestão, em articulação com os SI de suporte à tramitação e procedimentos existentes.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 250

IGFEJ

CPTA/SITAF – Obrigatoriedade da prática de todos os atos processuais por via eletrónica

Os mandatários passam a fazer a apresentação de todas as peças processuais obrigatoriamente por via eletrónica nas ações previstas no Código do Processo dos Tribunais Administrativos.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Mandatários

Código: 219

IGFEJ

Reforço da infraestrutura de rede da Justiça

Incremento da largura de banda e densificação dos circuitos da rede de comunicação da Justiça, possibilitando a escalabilidade de meios e a disponibilização de serviços mais ricos e exigentes em recursos comunicacionais de dados (ex.: videoconferência, telepresença, monitorização e alarmística, etc.).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Mandatários, Órgãos de Gestão da Comarca, Tribunais

Código: 155

IGFEJ

Simplificação do cálculo da conta judicial

Integração da aplicação das custas processuais com o Citius e com o Sistema de Informação dos Solicitadores e Agentes de Execução (SISAAE), permitindo, entre outras, a associação do Documento Único de Cobrança (DUC) a processos judiciais, a confirmação do valor no Citius e a realização da conta final do processo.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Agentes de Execução, Mandatários, Serviços da Justiça, Órgãos de Gestão da Comarca, Tribunais

Código: 145

PGR

Desmaterialização das comunicações dos Tribunais para acesso ao Registo Individual do Condutor

Disponibilizar o acesso direto, pelos Magistrados do Ministério Público, à informação contida na base de dados do Registo Individual de Condutor (RIC).

Pilar: Eficiência
Destinatários: Tribunais
Código: 198

Serviços da Justiça

DGAJ

Rollout Tribunal + (fase 3)

Expansão do conceito do Tribunal + a nível nacional para os tribunais ainda não abrangidos nas fases anteriores, (48 balcões e intervenção em 53 edifícios) de acordo com os modelos previamente definidos. O âmbito da expansão do Tribunal + abrange as três dimensões: i) Novo modelo de atendimento (Balcão +) ii) simplificação administrativa das secretarias (back-office) e iii) ferramentas de suporte à gestão e à atividade dos Órgãos de Gestão da Comarca.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos

Administradores Judiciais

Órgãos de Gestão das Comarcas

Código: 400

DGAJ

Modernização da interoperabilidade do Registo Criminal com o SEF

Substituição da solução atual de interoperabilidade eletrónica entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Registo Criminal para concessão de residência em Portugal, atuação como OPC e outras.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos, Serviços da Justiça

Código: 283

DGAJ

Estruturação da informação do acervo de boletins criminais

Recuperação da informação que consta do acervo de imagens de boletins criminais remetidos pelos tribunais, através do seu tratamento e estruturação por recurso a técnicas de reconhecimento de imagem.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 254

DGPJ

Novos Indicadores de suporte à decisão e informação estatística

Desenvolvimento de estudo de modo a aferir, no âmbito das Estatísticas da Justiça e na recolha de outros indicadores de desempenho, quais os desenvolvimentos e possibilidades que se revelam mais aconselháveis num futuro próximo. Paralelamente, pretende-se disponibilizar aos responsáveis pela gestão do

sistema de Justiça e aos organismos do Ministério da Justiça, em plataforma adequada, mais e melhores indicadores de gestão relativos ao funcionamento do sistema de justiça e à atividade dos diferentes serviços e organismos.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 469

DGPJ

Drafter+

Estudar os requisitos necessários para a criação de uma ferramenta que auxilie a produção de atos normativos, preferencialmente, com mecanismos de inteligência artificial que ajudem, por exemplo, na elaboração de textos legislativos. Visa-se com este projeto tornar a legislação mais harmoniosa e, em simultâneo, mais clara, independentemente dos organismos ou das pessoas que participam na redação dos respetivos textos.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 468

DGPJ

Preparação da agenda e-Justice no âmbito da PPUE

Elaboração de propostas para a evolução da participação portuguesa no Portal Europeu da Justiça, bem como na identificação de temáticas conexas relevantes para a preparação e exercício da Presidência Portuguesa na União Europeia.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 429

DGPJ

Prémio de Boas Práticas na Justiça

Criação de um Prémio que distinga diferentes atividades e ações que representem boas práticas na Justiça ao nível da gestão, inovação e sustentabilidade ambiental.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 418

DGPJ

Transparência e Dados Abertos

Alargar a disponibilização de fontes de dados abertos da Plataforma Digital da Justiça, e noutras plataformas, reforçando a transparência nas várias áreas da Justiça.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 404

DGPJ

Referências \ Standards Inteligência artificial para a Justiça

Disponibilização de um quadro referencial de políticas para utilização de tecnologia de inteligência artificial na área da Justiça.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 403

DGRSP

Projeto "SIEP - Sistema de Informação de Execução de Penas"

Evolução das funcionalidades existentes e incorporação de novas capacidades funcionais e técnicas do SIEP (resultante da fusão dos anteriores SIP e SIRS).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Conselhos Superiores e Tribunais

Código: 445

DGRSP

Interoperabilidade de informação estatística da atividade da DGRSP

Melhoria da disponibilização sistemática de indicadores da atividade do sistema prisional e de reinserção social.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 426

IGFEJ

Implementação de sistema para gestão de clouds híbridas, billing e suporte de novas tecnologias

Pretende-se implementar um sistema para gerir a cloud privada e pública (vários fornecedores) do Ministério da Justiça, assim como a criação de um portal de self-service para que os clientes possam solicitar máquinas virtuais, containers, etc.. Este sistema também irá indicar os custos associados à infraestrutura privada e pública.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 455

IGFEJ

Implementação de sistema de monitorização da performance das aplicações e serviços

A medida pretende implementar um sistema APM (application performance monitor) que irá permitir monitorizar a disponibilidade e performance das aplicações, assim como mapear dependências entre aplicações e serviços.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 454

IGFEJ

Desmaterialização das comunicações dos tribunais com a ordem dos advogados

A medida pretende implementar mecanismos de interoperabilidade entre os sistemas de informação da ordem dos advogados e os sistemas de suporte à atividade dos tribunais com vista à desmaterialização das comunicações, nomeadamente no contexto do apoio judiciário.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 453

IGFEJ

Justiça + sustentável

Elaborar um plano de sustentabilidade e eficiência energética na Justiça. Pretende-se otimizar a utilização dos recursos, implementando mecanismos de gestão de consumos e de ações que promovam uma maior consciência ambiental, promotoras de efetiva mudança comportamental e identificar os princípios e critérios ou requisitos concretos que, refletindo preocupações de eficiência energética e redução do impacto ambiental, sejam, sempre que aplicáveis em peças de aquisição de bens e serviços da Justiça.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 425

IGFEJ

Sistema de suporte ao utilizador da Justiça

Desenvolvimento de sistema de alerta e gestão de resolução de anomalias de diversa natureza para melhoria de suporte à atividade dos funcionários da justiça (informática, locais, mobiliário, processo, etc.). Inclui o desenvolvimento de uma nova app simples de reporte pelo utilizador, inteligência na alocação de pedidos, suporte humano de 1º e 2º nível com o devido seguimento de atividades e módulo de monitorização para gestão do sistema. Aplicável, em especial, aos Tribunais e Registos.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 424

Fornecedor de Dados para Efeitos Estatísticos

Plataforma de recolha automática e confidencial de dados caracterizadores de entidades informacionais nas Fontes de Verdade para tratamento estatístico.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 405

Plano de continuidade de negócio

Especificação de processos, responsabilidades, procedimentos e disponibilização de ferramentas tecnológicas para, de forma concertada e por aplicação do plano de disaster & recovery, assegurar a alta disponibilidade e resiliência dos dados e serviços prestados no âmbito da Justiça.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Meios de Resolução Alternativa de Litígios, Serviços da Justiça, Tribunais

Código: 173

Repositório documental digital

Disponibilização de repositório para documentos eletrónicos de utilização universal pelos sistemas de informação da Justiça, salvaguardando a estanquicidade lógica e/ou física da função de persistência, potenciando economias de escala e disponibilizando serviços transversais de segurança (ex.: assinatura eletrónica, encriptação), extração de conhecimento (ex.: OCR), comunicação (ex.: sincronização, streaming), alarmística, auditoria, versionamento, etc.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Conselhos Superiores, Meios de Resolução Alternativa de Litígios, Serviços da Justiça, Tribunais.

Código: 172

Reforço da segurança e dos dados aplicativos dos sistemas de informação da Justiça

Disponibilização de sistema de informação para gestão dos acessos e das identidades dos sistemas aplicativos da Justiça. Inclui gestão automática do aprovisionamento dos acessos informáticos, permitindo a otimização da segurança e eficiência de utilização dos recursos (ex.: licenças de software indexadas a utilizadores).

Pilar: Eficiência

Destinatários: Administradores Judiciais, Agentes de Execução, Mandatários, Serviços da Justiça, Órgãos de Gestão da Comarca, Tribunais

Código: 171

IGSJ

Queixa+

A medida em causa abrangerá, designadamente: a simplificação e agilização de procedimentos internos, com particular enfoque no sistema de gestão (documental) que serve de suporte ao tratamento dos processos de queixas/reclamações; a simplificação da linguagem na comunicação com queixoso/reclamante, mantendo o rigor da informação a transmitir; a agilização dos contactos com o cidadão/pessoas coletivas, através de canais como o endereço eletrónico ou, mesmo em alguns casos, o contacto prévio telefónico, se viável e a prestação de informação intercalar ao queixoso/reclamante quanto ao estado do processo.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 486

IRN

Serviços de registo multilingue

Criação de condições logísticas e tecnológicas para a disponibilização, em várias línguas, dos serviços de registo que registam maior solicitação / interesse por estrangeiros (Exemplos: "Informação Predial Simplificada em Inglês", Declaração de Nascimento).

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 479

IRN

Plano Estratégico do Atendimento (Ambiente físico)

Definição de plano estratégico para reformulação do atendimento presencial do Ministério da Justiça potenciando sinergias da rede global inter-serviços.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 428

SEJ

Alargamento dos espaços de trabalho colaborativo - HUB Justiça

Criação de diferentes espaços que incentivem o trabalho colaborativo entre equipas multidisciplinares, em modelos ágeis dentro dos organismos da Justiça.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 422

SEJ

Plano Estratégico de Government as a Platform (Open Data)

Elaboração de uma estratégia de criação de valor na Justiça através da inovação, que oriente as diferentes políticas e iniciativas, capaz de servir melhor os diferentes destinatários da Justiça.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 420

SEJ

Plano Estratégico de Inovação

Elaboração de uma estratégia em que a justiça atua como facilitador da colaboração entre diferentes entidades e pessoas e coordenando modelos inovadores de prestação de serviços públicos do futuro.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 419

SGMJ

Plano de Preservação Digital do MJ

Elaboração do Plano de Preservação Digital do Ministério da Justiça, de modo a definir políticas e procedimentos que permitam preservar os documentos eletrónicos, de forma legível e acessível, sem perda das propriedades de autenticidade e integridade, durante os prazos a que a organização se encontra vinculada.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 85

SGMJ

Automatização da envelopagem, distribuição e tratamento do retorno das comunicações postais da Justiça

Serviço partilhado da automatização do processo de expedição de correio na Justiça, incluindo impressão, dobragem, envelopagem e expedição, garantindo o controlo da entrega com a associação ao processo, através de métodos totalmente seguros.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 232

SGMJ

Arquivo Histórico do Ministério da Justiça

Disponibilização do património arquivístico do Ministério da Justiça ao cidadão, de forma gratuita e universal, com vista a dar a conhecer e a preservar a vasta, diversificada e valiosa documentação acumulada ao longo de vários séculos.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos, Serviços da Justiça, Serviços da Administração Pública

Código: 225

SGMJ

Biblioteca Online da Justiça

Biblioteca online que reúna informação bibliográfica e toda a legislação e jurisprudência dispersas, incluindo outras publicações internacionais abertas, de uma forma sistematizada e organizada. Esta biblioteca será disponibilizada gratuita e universalmente, permitindo uma pesquisa simples e humanizada (motor Google).

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos, Conselhos Superiores, Empresas, Mandatários, Órgãos de Gestão, Serviços da Justiça, Serviços da Administração Pública, Tribunais, da Comarca

Código: 20

SGMJ

Inventariação de espólio e organização de núcleos museológicos da Justiça

Inventariação do espólio existente na Justiça tendo em vista a organização de núcleos museológicos, cobrindo as suas várias valências e melhorando a perceção do cidadão, em particular dos jovens, sobre a evolução ocorrida ao longo dos séculos. Será igualmente considerada a digitalização do acervo para efeitos de preservação e disponibilização online.

Pilar: Proximidade
Destinatários: Serviços da Justiça
Código: 154

Registos e Propriedade Industrial

DGAJ

Alerta de alterações a Certificados do Registo Criminal

Disponibilizar serviço de subscrição de alertas a destinatários de Certificados do Registo Criminal quando corram eventuais alterações de informação no Registo Criminal durante a vigência do código de acesso facultado pelo requerente.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 417

IGFEJ

Automatização da obtenção dos certificados do registo criminal pelos tribunais

Proceder à integração do Citius com o SICRIM, tendo em vista automatizar a transferência de informação relativa ao registo criminal.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Tribunais

Código: 252

INPI

Acesso aos pareceres no Portal do INPI

Disponibilização, no Portal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, dos despachos relativos aos processos administrativos de registo de direitos de propriedade industrial.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos, Empresas

Código: 81

INPI

LAB PI

Criar um espaço colaborativo no INPI para troca de experiências e que permita a interação entre diversas entidades do Sistema Nacional da Inovação e do Sistema de Propriedade Industrial.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 461

INPI

Plataforma de Indicadores operacionais e estatísticos

Está em curso a preparação, pelo IRN, de uma candidatura conjunta ao SAMA com o INPI, o IGFEJ e a DGPJ para criar uma plataforma de compilação e análise de indicadores e estatísticas e disponibilização de dashboards internos, intra-organismo, inter-organismos, para a tutela e externos para o cidadão e empresas.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 460

INPI

2.ª edição do Prémio “Bartolomeu de Gusmão”

Promover a distinção de inventores e de invenções de origem portuguesa. O Prémio Bartolomeu de Gusmão é uma iniciativa do Ministério da Justiça, através do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. A primeira edição, que decorreu em 2018, visou reconhecer e premiar quem se distinguiu nestes domínios nos últimos anos. A próxima edição, a realizar em novembro de 2020, será aberta à comunidade científica e empreendedora.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 459

INPI

Semana da Anti Contrafação / Evento Authenticity cities

A Semana da Anti Contrafação é uma iniciativa conjunta com o Grupo Anti Contrafação, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos 2 anos (2018 e 2019): Lançamento em Portugal do projeto do EUIPO “Authenticity project”, que conta com a adesão de várias cidades europeias, através das quais têm vindo a ser lançadas campanhas informativas e de sensibilização para os efeitos adversos da contrafação e a necessidade de os combater.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 458

INPI

Hackathon de Propriedade Industrial (PI Hackathon)

Maratona tecnológica que tem como objetivo desenvolver provas de conceito direcionadas para desafios relacionados com a Propriedade Industrial (PI), explorando tecnologias de grande potencial. Estas tecnologias vão desde a análise inteligente de dados, processamento de linguagem natural, modelos de aprendizagem, até à tecnologia blockchain. Esta maratona pretende, também, fomentar uma cultura de inovação aberta, promovendo o envolvimento da comunidade empresarial, técnica

e científica, com especial ênfase na relação entre universidades e a comunidade.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 457

INPI

INPI - Digital by default (Fase II)

Melhorar a oferta dos serviços digitais para uma maior acessibilidade à informação do sistema de Propriedade Industrial, implementando para o efeito um novo portal interativo e informativo do INPI, reforçando os serviços online com o aumento e melhoria da eficácia e qualidade dos serviços prestados ao público.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos, Empresas

Código: 239

IRN

Cartão de Cidadão em todos os Espaços Cidadão

Alargar a rede de atendimento de Cartão de Cidadão, a novos espaços de renovação presencial - os Espaços Cidadão (+ de 600), para cidadãos com mais de 25 anos e que não pretendam alterar dados biométricos.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 487

IRN

Atualização da morada em todo o Registo

Assegurar que a atualização da informação sobre moradas do Cartão de Cidadão e no registo civil permite atualizar a correspondente informação em todos os sistemas de Registo, eliminando diferentes procedimentos redundantes para o Cidadão.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos

Código: 485

IRN

Dashboard de informação de gestão

Assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores de atividade e de monitorização de projetos, fazendo uso de ferramentas ágeis e intuitivas, que esteja on demand a qualquer hora e qualquer dispositivo, com ganhos de qualidade, transparência e atualidade da informação e de eficiência interna na sua preparação e apresentação.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 484

IRN

Gestão e desmaterialização de arquivos do IRN

Criação e implementação de uma estratégia de gestão de arquivos que passa pela criação de conteúdos em formato digital, digitalização e organização dos arquivos e apresentação de propostas de alterações às normas de preservação de documentos com vista à redução dos arquivos físicos.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 483

IRN

Projeto piloto de eliminação de Certidões e disponibilização de informação online

Modernizar os modelos e modos de disponibilização de informação dos registos para o cidadão e empresas, promovendo o paradigma "digital by default", através da eliminação de certidões desnecessárias, certificados e outros suportes de informação exigidos, referentes a dados com origem e destino em entidades da AP, com foco especial na Justiça.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 482

IRN

"BUPi - Balcão Único do Prédio" em todo o país

Alargar o sistema de cadastro simplificado - BUPi a todos os concelhos, implementando os procedimentos a todos os municípios que não dispõem de informação cadastral e integrando toda a informação existente dos restantes concelhos, adotando novas soluções tecnológicas e experimentação de métodos, com vista à agilização da identificação dos proprietários, propriedades e seus limites e a um aumento conhecimento e partilha de informação do território com todos os interessados, de forma simples e inovadora.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 481

IRN

Novo Modelo de Atendimento

Adoptar um novo modelo de espaço de atendimento para todos os novos espaços Registo, marcado por um novo modelo organizacional e funcional, que distinga diferentes tipologias de atendimento de acordo com o tema, valorizando a privacidade nos casos aplicáveis. Também se pretende reforçar a eficiência de recursos através da escolha de materiais e equipamentos mais sustentáveis e potenciadores de poupança, mas também por uma nova imagem /marca, que abrange não apenas o frontoffice mas também o backoffice dos serviços.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 480

IRN

Nova Plataforma Eletrónica de suporte à Nacionalidade

Desenvolvimento de uma plataforma de nacionalidade que permita responder de forma mais célere e tecnologicamente mais avançada aos desafios colocados pelo aumento substancial dos pedidos de nacionalidade.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 478

IRN

Dispensador automático de entrega de cartão de cidadão

Pilotar uma solução para automatização da entrega alternativa do cartão de cidadão, respeitando todos os requisitos de segurança exigidos e eliminando a necessidade do levantamento tradicional ao balcão.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 430

IRN

Laboratório da identidade digital

Criação de um modelo de experimentação que pense o novo Cartão de Cidadão, com maior usabilidade na identidade digital, que requeira menos atos presenciais e ao mesmo tempo assegure os standards e interoperabilidade europeia e internacional.

Pilar: Inovação
Destinatários: Cidadãos
Código: 415

IRN

Projeto piloto de partilha de dados de cartão de cidadão com passaporte

Medida de reaproveitamento de dados do Cartão recolhidos para o Passaporte, promovendo a reutilização de dados já existentes e evitando a duplicação de procedimentos.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Cidadãos
Código: 414

IRN

Piloto de submissão online de pedidos de nacionalidade

Desenvolver um piloto para desmaterializar o processo de pedido de nacionalidade, iniciando-se para os processo ao abrigo do artigo 6.7 (descendentes de judeus sefarditas), de forma a eliminar o processamento em papel, aumentando a eficiência e a capacidade de resposta, perante o aumento do afluxo de novos pedidos.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Mandatários
Código: 269

IRN

Empresa Online na Europa

Melhorar o serviço da "Empresa Online" alargando o seu acesso a todos os cidadãos estrangeiros que possuam cartão de identificação eletrónico com autenticação forte, permitindo a constituição de empresas em Portugal a partir de outros países, suportada por uma versão do serviço em inglês, tal como qualquer cidadão nacional.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Empresas
Código: 259

IRN

Requalificação do edificado dos Registos

Avaliação do edificado dos Registos e proposta de implementação de medidas de requalificação do mesmo, através de um plano de curto e médio prazo.

Pilar: Eficiência
Destinatários: Serviços da Justiça
Código: 234

IRN

Reforço dos equipamentos informáticos e ferramentas de produtividade dos registos

Renovação e reforço dos equipamentos informáticos e ferramentas de produtividade de suporte à atividade das áreas de registo (civil, comercial, predial, automóvel, propriedade industrial, etc.), tais como estações de trabalho, portáteis, impressoras, scanners de alto débito, etc..

Pilar: Eficiência
Destinatários: Serviços da Justiça
Código: 169

Sistema de Informação de Apoio às Vítimas de Crime

A CPVC não só não tem nenhum sistema de gestão documental como também não dispõe de uma base de dados para popular com o manancial de informação que recebe e que necessita de tratar não só para a tramitação processual mas também para extração de dados estatísticos. A criação de uma plataforma tecnológica que permita a gestão digital de toda a informação supra mencionada é pois crucial para que a CPVC possa dar resposta aos novos desafios que lhe irão ser colocados, contribuindo para a criação de melhores condições de apoio às vítimas de crimes. Esta plataforma tecnológica deverá permitir a desmaterialização de todo o processo, desde o momento da entrada do pedido até ao seu arquivamento, evitando a duplicação de procedimentos, gerindo melhor os recursos materiais e humanos e contribuindo para a celeridade processual e a redução de pendências. Idealmente esta plataforma deverá ter capacidade de tratamento de documentos em qualquer tipo de suporte, digitalização inteligente, ser escalável para acompanhar o crescimento previsto da CPVC e poder evoluir para uma interoperabilidade com outros sistemas de informação de entidades externas, nomeadamente os Tribunais, a Autoridade Tributária, a Segurança Social e outros que se venham a revelar cruciais para a agilização do processo. O sistema em causa deverá ainda ter capacidade para relacionar os dados inseridos, gerando automaticamente elementos que permitam à CPVC dar resposta às constantes solicitações de dados estatísticos, quer por parte de entidades nacionais como internacionais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos

Código: 488

Plano para efetivação do Estatuto da Vítima

Implementar os mecanismos necessários ao nível dos espaços, procedimentos, conteúdos informativos, sistema informático e formação de agentes, para a efetivação do estatuto da vítima. Lei 130/2015 de 04.09.

Reprodução virtual do funcionamento de um tribunal, audiências e papel dos respetivos intervenientes, designadamente testemunhas e vítimas - Tribunal Virtual.

Pilar: Humanização

Destinatários: Cidadãos

Código: 439

DGAJ

Reembolso imediato de despesas com deslocação de testemunhas e vítimas a tribunal

Implementar um mecanismo para reembolso imediato das despesas com a deslocação de testemunhas e vítimas a tribunal, no âmbito dos processos judiciais.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 438

PGR

Plataforma integrada de combate à violência de género

Criação de uma estrutura digital partilhada pelas várias entidades intervenientes no sistema de combate à violência de género e à proteção das respetivas vítimas.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 464

PGR

Plataforma integrada de promoção dos direitos das Crianças e Jovens

Criar uma estrutura digital partilhada pelas várias entidades intervenientes no sistema de proteção de crianças e jovens.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 463

PGR

Consulta pelos cidadãos de processos do MP na Plataforma Digital da Justiça

Acesso digital aos processos próprios do Ministério Público quando intervém, em defesa dos cidadãos e dos interesses difusos e coletivos, em área específica na plataforma digital da Justiça.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 462

Investigação criminal e meios forenses

INMLCF

Atualização e reforço da capacidade de resposta pericial do INMLCF

Melhoria dos equipamentos laboratoriais e outros equipamentos técnicos necessários à resposta pericial do INMLCF.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 434

INMLCF

Reforço da gestão do acesso e da informatização da comunicação com os cidadãos

Disponibilização de maior acesso aos cidadãos no processo de solicitação, acompanhamento e receção da informação pericial, por via eletrónica.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos

Código: 433

INMLCF

Interoperabilidade da informação estatística pericial

Obtenção da estatística pericial originada pelos programas de gestão processual do INMLCF e encaminhamento para a DGPJ por via informática.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 432

PGR

Ministério Público em Ação

Criação de um Sistema de Informação para tramitação da fase de inquérito e com capacidades de suporte à prevenção e investigação da criminalidade violenta, grave e organizada, que inclui a gestão e desmaterialização dos processos de trabalho dos Tribunais da Relação.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 36

PJ

Arquivo Digital

Desenvolvimento do projeto de Arquivo Digital e elaboração do Plano de Preservação Digital.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 477

PJ

Lab_i9

Criação de um Laboratório de Inovação, que permita a experimentação de soluções inovadoras, relevantes para a investigação criminal e para as funções de apoio e suporte.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 476

PJ

Sistema de Apoio à decisão

Definição de objetivos, indicadores, demonstração de resultados, dashboard / Business Intelligence.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 475

PJ

Novo interface do investigador criminal

Reformulação e modernização do interface aplicacional entre o investigador e o repositório da informação criminal.

Pilar: Inovação

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 474

PJ

Novo interface para perícias forenses

Implementação de um interface comum às várias áreas periciais, com faturação eletrónica.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 473

PJ

Projeto RH +

Modernização do sistema de gestão de recursos humanos.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 472

PJ

i9 doc

Plataforma de conteúdos e processos digitais da PJ.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços de Justiça

Código: 471

PJ

Ativos +

Desenvolvimento de um sistema que permita, de forma célere e eficiente, a identificação e recuperação dos bens provenientes da atividade criminosa.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos

Código: 470

PJ

Sistema de gestão da atividade laboratorial forense

Implementação de um sistema de gestão da atividade laboratorial forense de acordo com as melhores práticas europeias.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 33

PJ

Criação da unidade "Internet Referral Unit" na Polícia Judiciária

Criação, dentro da Unidade Nacional Contra o Terrorismo, da Internet Referral Unit Nacional (IRU), na Polícia Judiciária, na sequência da criação da IRU europeia na Europol.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 32

PJ

Atualização da capacidade analítica do Laboratório de Polícia Científica

Renovação dos equipamentos do Laboratório de Polícia Científica e apetrechamento do mesmo com novas tecnologias analíticas, tendo em vista a manutenção e melhoria da qualidade dos exames periciais.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 181

PJ

Desenvolvimento de metodologia estatística para interpretação de resultados e apresentação de conclusões de exames forenses

Incremento qualitativo com complemento das conclusões dos exames periciais das várias disciplinas forenses do Laboratório de Polícia Científica.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Serviços da Justiça

Código: 180

Acesso ao Direito e Meios RAL

DGPJ

RAL+ Reformulação dos sistemas de informação e processos de suporte à tramitação processual no contexto dos meios de resolução alternativa de litígios

A presente medida visa possibilitar a modernização administrativa do setor da Justiça no contexto dos meios de resolução alternativa de litígios, colocando a Administração da Justiça ao serviço dos cidadãos e das empresas, de forma transparente e amigável para todos os stakeholders, através da criação de uma plataforma comum, de cariz inovador, para a tramitação de processos e acesso aos mesmos pelas partes nos processos que correm termos nos julgados de paz, nos centros de arbitragem de conflitos de consumo e nos sistemas públicos de mediação.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Cidadãos e Empresas

Código: 467

DGPJ

Julgado de Paz online

Desenvolver um projeto piloto de "Julgado de Paz Virtual" que confira aos cidadãos uma forma ágil de aceder ao sistema de justiça, aproveitando as sinergias propiciadas pelo recurso a tecnologias de informação.

Pilar: Inovação

Destinatários: Cidadãos

Código: 466

DGPJ

Justiça Familiar ao alcance de todos

Fomentar, através de um projeto-piloto, a resolução de litígios familiares com envolvimento dos filhos, por recurso ao Sistema de Mediação Familiar (SMF), mediante a instituição da obrigatoriedade da sessão de pré-mediação em momento prévio:

- À instauração do processo de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges quando existam filhos menores, ou do processo de divórcio por mútuo consentimento, quando não exista acordo entre os cônjuges sobre a regulação do exercício das responsabilidades parentais;
- a) À instauração das seguintes providências tutelares cíveis;
- b) A regulação do exercício das responsabilidades parentais e o conhecimento das questões a este respeitantes;
- c) A fixação dos alimentos devidos à criança e aos filhos maiores ou emancipados e a execução por alimentos;
- d) A determinação, em caso de desacordo dos pais, do nome e apelidos da criança;
- e) A constituição da relação de apadrinhamento civil e a sua revogação;
- f) A regulação dos convívios da criança com os irmãos e ascendentes.

Nos casos

referidos, a participação na sessão de pré-mediação não acarretará quaisquer custos para as partes, os quais serão assumidos pelo próprio SMF.

Pilar: Humanização

Destinatários: Cidadãos

Código: 465

DGPJ

Dinamização da rede dos centros de arbitragem de conflitos do consumidor

Promover a efetividade e sustentabilidade da rede dos centros de arbitragem de conflitos do consumidor através da identificação e adoção de boas práticas que estimulem a adesão dos diferentes públicos-alvo.

Pilar: Proximidade

Destinatários: Cidadãos, Empresas, Meios de Resolução Alternativa de Litígios

Código: 228

DGPJ

Reorganização e dinamização da rede dos Julgados de Paz

Avaliação de boas práticas, dinamização sustentada da Rede de Julgados de Paz suportada em Sistema de Informação adequado às necessidades identificadas.

Pilar: Eficiência

Destinatários: Meios de Resolução Alternativa de Litígios

Código: 187

